CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO : n° 1030/66 e Anexo (Cópia do Decreto n° 59.046)
INTERESSADO: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA BRASÍLIA.
ASSUNTO : Transferência para o sistema Estadual de São Paulo
das Escolas mantidas pelo Estado e Municípios.
RELATOR : ALPÍNOLO LOPES CASALI.

P A R E C E R N° 16/67

1. O Secretário de Estado dos Negócios da Educação encaminhou a este Colegiado cópia de ofício dirigido ao Senhor Governador do Estado pelo Ministério da Educação e Cultura, capeando cópia do decreto federal n° 259.046, de 10 de agosto de 1966.

2. Apesar de sua aparente simplicidade, exsurge do protocolado matéria de suma importância para o sistema de ensino paulista.
Como assim?

3. Leiamos em primeiro lugar, o decreto n° 59.046:

"O Presidente da República"

"Art. 1° - Ficam transferidas, para o sistema de Ensino do Estado de São Paulo, as Escolas Estaduais e Municipais de grau médio, bem como os encargos e responsabilidades relacionados com a instalação, funcionamento e reconhecimento das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelo Estado ou pelos Municípios".

"Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação."

4. Averigua-se que a matéria versa a respeito dos arts. 15, 16, 109 e 110 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5. E apura-se que, pelo decreto federal não se reconheceu a São Paulo atribuição para autorizar e reconhecer o funcionamento dos estabelecimentos de ensino mantidos pela livre iniciativa, bem como para inspecioná-los.

6. O decreto federal foi editado à vista dos pareceres n° s. 389/64 e 409/64, do Conselho Federal de Educação, originados, porém, por iniciativa do Governo do Estado.
7. Nestas condições, antes de examinar e apreciar a matéria sob seu aspecto legal entendemos conveniente conhecer o teor do ofício remetido pelo senhor Governador do Estado ao Conselho Federal de Educação, por meio do qual lhe comunicou encontrar-se estruturado o sistema de São Paulo, de modo que o Estado poderia assumir as atribuições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Racional,
8. Com tal objetivo, convertemos o presente em diligência.

São Paulo, 7 de outubro de 1967.

a) ALPÍNOLO LOPES CASALI

Relator.